



Secretaria Municipal de Educação
Trav. Pe. Leão João Dehon, 60 - Santa Tereza,
Formiga - MG

PORTARIA Nº 08/2013

Estabelece normas e procedimentos para organização do quadro de pessoal das Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e considerando:

- A necessidade de definir procedimentos de controle permanente dos recursos humanos disponíveis para assegurar o atendimento da demanda existente;
- A expansão da oferta na rede municipal de ensino;
- O funcionamento regular das unidades escolares tendo em vista a legislação vigente;
- A Resolução SEE nº 2442, de 07/11/2013.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Compete ao Diretor das unidades de ensino e órgãos vinculados, a Assessora Pedagógica e o Setor de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, em responsabilidade compartilhada, cumprir as disposições desta Portaria e Instruções Complementares.

Artigo 2º - Compete a Assessoria Pedagógica acompanhar e referendar a organização do quadro de pessoal das unidades de ensino, considerando a conveniência pedagógica, antes do encaminhamento do Quadro de Pessoal à SEME.

Artigo 3º - Compete ao Diretor:

I - Elaborar critérios e normas complementares observando a conveniência pedagógica para:

- a) distribuição de aula e regência de turma;
- b) definição do turno de trabalho;
- c) atribuição de função administrativa.

II - Informar a frequência dos servidores à Secretaria Municipal de Educação até o último dia útil de cada mês;

III - Encaminhar o Quadro de Classe atualizado, com a distribuição efetiva das turmas e aulas, cargos e funções, até o último dia útil de cada mês;

IV - Avaliar o desempenho profissional dos servidores;



Secretaria Municipal de Educação
Trav. Pe. Leão João Dehon, 60 - Santa Tereza.
Formiga - MG

- V - Registrar em ata todas as reuniões, ocorrências e fatos relevantes;
- VI - Registrar e acompanhar o desempenho do servidor em readaptação profissional nas atividades propostas, mantendo-as atualizadas;
- VII - Dar cumprimento à Lei 15.455, de 12 de janeiro de 2005 e verificar a frequência regular dos alunos para redimensionar as turmas e processar ajustes do Quadro de Pessoal, se necessário;
- VIII - Instruir o servidor detentor de outro cargo efetivo, emprego ou função pública ou que receba proventos e encaminhar o processo de acúmulo de cargo ou função à Inspeção de Ensino para análise;
- IX - Cumprir e fazer cumprir o calendário escolar;
- X - Cientificar a Secretaria Municipal de Educação, sistemática e tempestivamente, sobre as alterações ocorridas na escola;
- XI - Referendar, assinar e responsabilizar-se por todas as informações e documentos enviados à Secretaria Municipal de Educação;
- XII - Cumprir e fazer cumprir todas as legislações vigentes;
- XIII - Designar um especialista para coordenar o trabalho do Programa Mais Educação e parte diversificada das Escolas de Tempo Integral;
- XIV - Comunicar através de relatório à Secretaria Municipal de Educação o baixo desempenho dos servidores contratados.

Parágrafo 1º - A organização das turmas e oferta do turno das mesmas deverá ser e aprovada da pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo 2º: Os critérios complementares elaborados pela escola serão registrados em ata e divulgados, após aprovação pelo Colegiado da Escola e validação pela Secretaria Municipal de Educação, antes do início do ano letivo.

Artigo 4º - A Educação Religiosa é componente curricular obrigatório no ensino fundamental regular, com carga horária de uma hora-aula semanal, em turmas dos anos finais, com docente que atende ao disposto na Lei 15.434, de 05 de janeiro de 2005.

Parágrafo Único: A Educação Religiosa nos anos iniciais do Ensino fundamental será ministrada pelo regente de turma.

Artigo 5º - A Educação Física é componente curricular obrigatório, ministrado por professor habilitado em duas aulas semanais nas turmas dos anos finais do Ensino Fundamental e uma aula semanal nas turmas de anos iniciais, no mesmo turno dos demais componentes curriculares.

CAPÍTULO II

ATRIBUIÇÃO DE TURMAS, AULAS E FUNÇÕES

Artigo 6º - As turmas, aulas e funções serão atribuídas aos servidores efetivos, pelo diretor da unidade de ensino, no limite da carga horária obrigatória de cada cargo.

Artigo 7º - A atribuição de aulas entre os professores efetivos deve ser feita no limite da carga horária obrigatória, observando-se, sucessivamente;



Secretaria Municipal de Educação
Trav. Pe. Leão João Dehon, 60 - Santa Tereza.
Formiga - MG

- I - O conteúdo do cargo;
- II - Outro conteúdo constante da titulação, desde que habilitado;
- III - Outro conteúdo para o qual possua habilitação específica,
- IV - Conteúdo para o qual esteja cursando habilitação específica;
- V - Conteúdo para o qual esteja autorizado a lecionar.

Parágrafo Único: O professor que preencher as condições definidas neste artigo e recusar as aulas que lhe forem atribuídas será considerado faltoso.

Artigo 8º - As aulas de um mesmo conteúdo que, por exigência curricular, ultrapassem o limite de dezoito aulas semanais, devem ser atribuídas, obrigatoriamente, ao mesmo professor regente de aulas, com pagamento adicional.

Artigo 9º - O professor será lotado na escola em que assumir maior número de aulas.

Artigo 10 – Ao professor efetivo que não tenha assumido aulas obrigatórias, por inexistência das mesmas, assumirá aulas disponíveis em outra escola, observando as prioridades descritas no artigo 7º.

Artigo 11 – A carga horária semanal de trabalho do professor efetivo poderá ser acrescida, como extensão da carga horária, para ministrar conteúdo curricular para o qual esteja habilitado, na escola, nas hipóteses de cargo vago ou em substituição.

Artigo 12 – As aulas de professor efetivo, afastado temporariamente, não poderão ser atribuídas a outro professor efetivo.

Artigo 13 – Poderá ocorrer dispensa imediata da extensão da carga horária à vista de:

- I - Desistência do professor;
- II - Redução do número de aulas;
- III - Retorno do titular, quando se tratar de substituição;
- IV - Provimento do cargo, quando a extensão resultar da existência de cargo vago;
- V - Ocorrência de movimentação do professor, por conveniência do sistema;
- VI - Afastamento do exercício do cargo, com ou sem remuneração, por período superior a sessenta dias;
- VII - Ocorrência disciplinar, devidamente apurada, que comprometa a permanência do professor.

Artigo 14 – O professor a quem não for atribuída turma ou aulas na unidade de ensino onde esteja lotado, será considerado excedente.

CAPÍTULO III
DO APROVEITAMENTO DO SERVIDOR EM READAPTAÇÃO PROFISSIONAL:

Artigo 15 - O servidor em readaptação profissional definitiva será aproveitado



Secretaria Municipal de Educação
Trav. Pe. Leão João Dehon, 60 - Santa Tereza.
Formiga - MG

observando seu limite de atuação em qualquer unidade de ensino ou órgãos da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a necessidade, não sendo assegurada sua permanência naquela instituição.

Artigo 16 - É atribuição da Secretaria Municipal de Educação definir juntamente com o servidor em readaptação profissional, as atividades que este deverá exercer, observando as restrições constantes do laudo médico, o grau de escolaridade e a experiência do servidor.

Parágrafo Único: O servidor em readaptação profissional por laudo médico será considerado na composição do quadro de pessoal da escola, exercendo as seguintes funções:

- I - Administrativas;
- II - Recuperação de aluno;
- III - Apoio às atividades pedagógicas;
- IV - Acompanhamento aos alunos do Atendimento Educacional Especializado, se for qualificado.

CAPÍTULO IV
DA COMPOSIÇÃO DE TURMAS E CARGOS

Artigo 17 – Na composição de turmas deve ser observado o anexo I desta portaria.

Parágrafo único - somente com autorização expressa da Secretaria Municipal de Educação poderá ocorrer enturmação com número de alunos inferior ao constante no anexo I.

Artigo 18 – A quantificação de Assistente de Educação Infantil será definida tanto quanto forem os grupos de crianças, de acordo com a faixa etária.

Parágrafo Único – Em cada instituição de educação infantil será acrescido mais um profissional para atuar como apoio nos momentos de maior demanda, como por exemplo, a alimentação e banho.

Artigo 19 - A quantificação de professores será definida tanto quanto forem as turmas de alunos, a partir da Pré-escola, de acordo com o anexo I desta portaria.

Artigo 20 – Nas escolas de ensino fundamental, com turmas dos anos iniciais, será disponibilizado o professor eventual e recuperador, de acordo com o anexo I desta portaria.

Parágrafo 1º - O professor eventual deverá atuar em substituição de docentes, colaborar com o serviço de Supervisão Pedagógica e realizar atividades com alunos de acordo com a necessidade Pedagógica.

Parágrafo 2º - O professor recuperador deverá atuar exclusivamente com atividades de reforço com os alunos que apresentam baixo desempenho, no contra turno do aluno atendido.



Secretaria Municipal de Educação
Trav. Pe. Leão João Dehon, 60 - Santa Tereza.
Formiga - MG

Artigo 21 – O quadro de especialista da educação, para atendimento na educação infantil (Pré-escola) e ensino fundamental será definido de acordo com o anexo I desta portaria.

Artigo 22 - As escolas que oferecem o Programa Mais Educação e regime de Tempo Integral, cuja somatória seja superior a 250 alunos, fará jus a mais um especialista.

Parágrafo Único: Em situações excepcionais, além das atividades próprias do cargo, o especialista da educação poderá assumir a docência, em falta eventual de professor, para garantir o cumprimento do calendário escolar.

Artigo 23 - A quantidade de profissionais administrativos para compor o quadro de pessoal das unidades de ensino, será definida de acordo com o anexo I desta portaria.

Artigo 24 - A concessão do professor de apoio será realizada obedecendo a legislação vigente.

Artigo 25 - Os professores efetivos poderão atuar como professor de apoio mediante qualificação específica, de acordo com o edital que será divulgado pela Secretaria Municipal de Educação, no site da prefeitura, regulamentado os critérios para a classificação.

Parágrafo Único – Os servidores excedentes deverão ser remanejados para outra instituição após observação e aplicação da legislação vigente.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 26 – O Quadro de Classe de Previsão para o ano seguinte deverá ser entregue, impreterivelmente, **até dois dias úteis após o término da matrícula**, devidamente acompanhado de:

- I - Relação de professores PEB-I com a turma assumida e turno;
- II - Relação de professores PEB-II com o número de aulas e turno;
- III - Relação de alunos que necessitam de atendimento educacional especializado com o laudo médico, turma e turno.

Artigo 27 – Será responsabilizada administrativamente o Diretor que descumprir as normas previstas nesta Portaria ou apresentar informações inverídicas.

Artigo 28 – As situações excepcionais deverão ser analisadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 29 – O Quadro de Pessoal de escola de tempo integral será definido em conjunto com a SEME, após análise.

Artigo 30 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 04/2012, de 24 de outubro de 2012.



Secretaria Municipal de Educação
Trav. Pe. Leão João Dehon, 60 - Santa Tereza.
Formiga - MG

Artigo 31 - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de publicação, revogam-se as disposições ao contrário.

Formiga, 11 de novembro de 2013.

Geraldo Reginaldo de Oliveira
Secretário Municipal de Educação

Geraldo Reginaldo de Oliveira
Sec. Municipal de Educação
Autorização nº 302684
Formiga MG